

Apresentação

Volume 5, Número 9, Janeiro/Junho de 2018

Pela construção (presente) das histórias das infâncias, adolescências e juventudes no mundo ibero-americano

José Carlos da Silva Cardozo*

Humberto da Silva Miranda **

Organizadores do Dossiê Temático

Querido leitor e estimada leitora é com grande satisfação que iniciamos nossa *conversa* sobre este dossiê temático intitulado “*Infâncias, adolescências e juventudes no mundo ibero-americano*” e que agora vem à luz neste prestigioso periódico que, apesar de sua tenra idade, já demarca um importante espaço na socialização do conhecimento a partir da região nordeste do Brasil, sendo editado por uma das mais tradicionais universidades jesuítas do país.

Agradecemos a oportunidade – e confiança – que os membros do conselho editorial da revista *História Unicap* nos concederam com a aprovação da possibilidade de organizar um dossiê temático voltado para as “*infâncias, adolescências e juventudes no mundo ibero-americano*”. Temática e área geográfica com grande potencial para a realização de estudos acadêmicos.

Mas, antes de iniciarmos a apresentação dos textos que compõe a presente edição da *História Unicap*, queremos voltar no tempo (historiador tem sempre essa necessidade) e refletir sobre um episódio – muito triste – de nossa história humana, mas que não ocorreu em território iberoamericano.

– Espera aí! Mas esta edição não está voltada justamente para este território (que abrange um grande espaço, diga-se de passagem), por que iniciar esta apresentação com uma história que não ocorreu nesta região? Essa, talvez, seja a indagação que nosso estimado leitor e nossa querida leitora estejam a ter nesse exato momento.

E estão certos, mesmo assim, queremos que nos acompanhem nessa história. Acreditamos que tudo fará sentido ao final. Queremos continuar contigo até o final deste texto.

Por favor, nos conceda um voto de sua confiança. Queremos contar a triste história de um país onde mais de 800 mil pessoas foram – brutalmente – assassinadas num brevíssimo período, demonstrando ao mundo – mais

*Historiador e Sociólogo. Doutor e Pós-Doutor em História Latino-Americana. Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), atuando nos cursos de Relações Internacionais e Comércio Exterior. Docente Permanente do Mestrado em História da instituição. Membro do Grupo de Trabalho “História da Infância, Adolescência e Juventude” da ANPUH-Brasil.

**Historiador. Doutor em História. Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Docente Permanente do Mestrado em História e do Mestrado Educação, Culturas e Identidades, ambos da instituição. Membro do Grupo de Trabalho “História da Infância, Adolescência e Juventude” da ANPUH-Brasil.

uma vez – que ações como as promovidas pelos regimes nazi-fascistas ainda podem ser repetidas diante de nossos olhos passivos, em que os países ditos desenvolvidos se recusaram a agir e impedir esta carnificina.

- Onde isso aconteceu? Como pôde ter acontecido? Vamos juntos entender.

Estamos falando de Ruanda, um país da África que conta atualmente com mais de 12 milhões de habitantes, e que no ano de 1994 viveu o auge de um genocídio (800 mil mortes em apenas 100 dias!).

Mas essas ações tiveram início bem antes. A Igreja Católica atuava na educação de Ruanda e a influenciava com a ideologia racista chamada de “Hamítica” na qual apresentava o grupo Tutsi como superior em relação aos Hutus. Até aquele momento Tutsi e Hutus viviam pacificamente, mas as mudanças começaram a fomentar a separação entre os dois grupos.

Foram as autoridades belgas que iniciaram a distinção entre eles, fazendo exames e testes, medindo partes do corpo, e chegaram à conclusão que os Tutsis eram um grupo “estrangeiro”, mas superior, distintos dos “nativos” Hutus, classificados como sendo inferiores. Na década de 1930, a “raça” foi adicionada na “carteira de identidade” do povo de Ruanda, sendo composto por 15% de Tutsis, 84% de Hutus e 1% de Twas. E essas identidades começaram a definir a vida social, as autoridades e lideranças estrangeiras definiram os Tutsis como mais inteligentes e incentivaram que os jovens desse grupo freqüentassem as escolas recém inauguradas.

Contudo, na década de 50, por pressão da Organização das Nações Unidas (ONU), a Bélgica começou o processo de desenvolvimento social visando à autonomia da região. Em 1957, o Alto Conselho de Ruanda pediu reformas governamentais; em resposta, algumas lideranças e a Igreja Católica, iniciaram um caminho inverso ao até então praticado e incentivaram um grupo de Hutus a escreverem o “Manifesto Hutu” no qual retratava o grupo minoritário dos Tutsis como um entrave para o desenvolvimento do povo Hutu - majoritário - e do território.

Como resultado da perseguição, mais de 700 mil Tutsis pediram asilo em outros países entre 1959 e 1973, como resultado da “limpeza” étnica encorajada pelos colonizadores. Esses refugiados foram impedidos de voltar – apesar de esforços pacíficos, então, em outubro de 1990, alguns deles se uniram a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) e invadiram Ruanda.

Iniciou-se uma guerra civil e a partir disso uma forte campanha publicitária incentivava a população a perceber seus compatriotas, vizinhos e até mesmo familiares como inimigos. Eram tempos obscuros e perigosos.

Em 1994, o genocídio começou com centenas de pessoas morrendo por hora!

As mulheres e crianças eram alvos diretos – e privilegiados – dessas ações de assassinato, estupro e mutilação. Esses assassinos queriam ter a certeza de que uma nova geração de Tutsis não mais visse a luz do dia. As mulheres Tutsis eram sistematicamente estupradas e mutiladas, atitudes tomadas, na maioria das vezes, por homens que sabiam serem portadores do vírus HIV. Mulheres casadas com homens Tutsis eram estupradas como forma de lição e punição. A barbárie era tamanha que as próprias vítimas, muitas vezes, eram forçadas a assassinar seus amigos e familiares antes mesmo de elas serem mortas.

Como resultado dessas ações de carnificina, mais um milhão de pessoas morreram, mas muitas não tiveram essa pena capital sobre seus ombros, milhares de indivíduos foram torturados, mutilados e estuprados, outras mi-

lhares foram vítimas de cortes de facão, ferimentos a fala, infecção e fome. A administração governamental fora destruída, assim como vilas e cidades inteiras.

Como saldo desse conflito havia mais de 300 mil órfãos e mais de 85 mil crianças que, de forma abrupta, foram alçadas a condição de “chefe de família”. A UNICEF (Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas), após o fatídico ano de 1994, fez uma pesquisa - Pesquisa Nacional sobre Trauma - e verificou que 80% das crianças tiveram, pelo menos, uma morte na família, 70% dessas presenciaram alguém morrendo ou sendo morto e 90% dessas crianças acreditaram que poderiam morrer.

- Nossa! Não conhecia ou fazia tempo que não recordava esse conflito nem os resultados dos infernos que ele promoveu. Certamente são ponderações que você está se fazendo agora, juntamente com sentimentos de empatia pelos que sofreram, consternação pela passividade das autoridades mundiais e indignação com tamanha violência.

Mas não precisamos recuar muito no tempo como fizemos para esses 24 anos que se passaram entre nós e este genocídio acontecido em Ruanda.

Uma criança é assassinada a cada 7 minutos!

Segundo a própria UNICEF, crianças e adolescentes são alvo de violações de seus direitos em todo o mundo, resultando num elevado número de mortes violentas para essas faixas etárias. A cada sete minutos (7 minutos!) uma criança ou um adolescente morre em algum lugar do mundo vítima de violência ou de alguma forma de conflito armado ou mesmo por meio da violência coletiva.

A América do Sul tem os mais elevados índices de homicídios do mundo, nessa região a taxa entre os adolescentes é 4 vezes maior que a média mundial (22,1 para cada 100 mil habitantes). Os cinco países com as maiores taxas são a Venezuela (com 96,7 mortes para cada 100 mil habitantes), Colômbia (70,7), El Salvador (65,5), Honduras (64,9) e o Brasil (com 59 mortes para cada 100 mil habitantes). A região do globo mais “segura” para eles é a Europa Ocidental com uma taxa de “apenas” 0,4 mortes para cada 100 mil habitantes. A UNICEF produziu um documento no qual nos apresenta uma relação detalhada das mais diversas formas de violência praticadas contra as crianças e adolescentes ao redor do mundo: violência disciplinar, violência doméstica na primeira infância, violência na escola (incluindo o bullying), violência sexual e mortes violentas das mais diversas.

Infelizmente, como temos visto até o momento, o que aconteceu em 1994 acontece – em menores proporções é bem verdade, mas de forma contínua e muitas vezes silenciosa – em muitas realidades sociais. Muitas crianças, adolescentes e jovens acabam tendo suas vidas ceifadas das mais variadas formas possíveis e, muitas vezes, a revelia dos adultos.

Regatar o protagonismo desses atores sociais é tarefa quase que extraordinária uma vez que

As fontes são raras. As existentes foram escritas pelo adulto letrado, do sexo masculino e em posição privilegiada como: médico, político, clero [sic] ou professor. A criança foi considerada, até

perto de nossos dias, como incapaz, juridicamente dependente e submissa ao Pátrio Poder. Só se tornou sujeito de direitos e prioridade absoluta da nação depois dos anos de 1950, e em particular com consequência da Declaração Universal dos Direitos da Criança, ONU (1959).¹

Palavras de orientação escritas por uma das pioneiras no estudo da criança, adolescência a juventude no Brasil. Ainda assim, inúmeras são as ações que visam, apesar das dificuldades, produzir e divulgar materiais que colaborem no entendimento das histórias desses agentes sociais.

Na presente edição (v. 5, n. 9, jan./jun. de 2018) da revista *História Unicap*, foram reunidos 14 artigos que compõem o dossiê “*Infâncias, adolescências e juventudes no mundo ibero-americano*”, organizado por nós, professores vinculados a duas instituições universitárias (uma na região sul e outra na região nordeste do Brasil) e ao Grupo de Trabalho “*História da Infância, Adolescência e Juventude*” da ANPUH-Brasil, buscou congregiar produções que tivessem como eixo a preocupação em desvelar conhecimento sobre esses sujeitos na ibero-america.

No artigo *Órfãos na capitania do Ceará: entre a lei e as práticas coloniais*, Patrícia Marciano de Assis, a partir dos inventários, debate o olhar das Ordenações Filipina sobre as crianças órfãs no Norte do Brasil. Neste artigo, a autora discute a ideia de órfã como uma categoria historicamente construída. O texto *A construção de um asilo para meninas desvalidas em Santa Catarina (1898-1910)*, de autoria das pesquisadoras Silvia Maria Fávero Arend e Chirley Beatriz Vieira da Silveira, analisa a construção do Asylo de Órfãs São Vicente de Paulo, na cidade de Florianópolis. O artigo produz um diálogo importante entre gênero, instituições e infâncias.

Em “*Não há ingênuos e sim órfãos*”: *menores filhos de libertas no limiar da abolição em Belém do Grão-Pará*, Victor Hugo do Rosario Modesto analisa os processos tutelares no fim do século XIX, problematizando as relações de escravidão e tutela das crianças em Belém. No artigo *Anália Franco, uma referência em matéria de assistência à infância para as cidades do interior de São Paulo? (1901-1923)*, assinado pelos pesquisadores Sérgio César da Fonseca e Carla Cristina Johansen, contribuem com os estudos das políticas assistenciais a partir da lógica da filantropia, utilizando como fonte os manuais didáticos entre outros documentos que possibilitam analisar a ideia de infância e família.

No campo da história dos adolescentes, apresentamos o trabalho *La formación de los adolescentes mexicanos: esculpiendo ciudadanos para una nación moderna (1876-1934)*, da pesquisadora Ivonne Meza-Huacuja, volta-se para as questões conceituais da adolescência e as instituições mexicanas que se dedicam as diferentes formas de proteção desses agentes sociais. Para contemplar o campo do Ensino de História, a pesquisadora Juliana Alves de Andrade, no artigo intitulado “*Temos nosso próprio tempo*”: *os desafios de ensinar história aos adolescentes-jovens contemporâneos*, debate os desafios de ensinar e aprender a partir do respeito tempos dos adolescentes e jovens e suas diferentes culturas.

¹MARCÍLIO, Maria Luiza. A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil. In: VENANCIO, Renato Pinto. **Uma história social do abandono de crianças de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda/ Editora PUC Minas, 2010, p. 17.

O Dossiê traz artigos inéditos sobre as crianças, adolescentes e jovens e sua relação com o mundo do trabalho. A partir da preocupação de estudar a criança no contexto da população imigrante e operária paulistana, a historiadora Eliane Mimesse Prado contribuiu com o artigo *Indícios corriqueiros da vida de jovens e crianças na cidade de São Paulo (1870-1912)*. Neste trabalho, Mimesse aborda o cotidiano de meninos e meninas nas escolas maternas, nos asilos e nos jardins de infância. Já no artigo *A valorização do labor: crianças e trabalho no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (Sec XIX)*, de José Carlos da Silva Cardozo, contempla os períodos imperial e republicano, focando a relação do Sistema de Justiça com as crianças no mundo do trabalho. No enredo, o cotidiano de meninos e meninas.

O artigo *Crianças no mundo do trabalho adulto: a História de Grilo e as memórias de infâncias perdidas (Recife, 1920-1930)*, o historiador Humberto Silva Miranda problematiza as memórias do tempo de criança de Gregório Bezerra e na perspectiva da história do tempo presente, Luciana Rossato e Nathália Jonaine Hermann analisam os diferentes olhares da imprensa brasileira sobre as jovens e suas relações com o mundo do trabalho no artigo *Expectativa de futuro e juventudes: a escolha profissional dos jovens nas reportagens da imprensa (Brasil, 1980-2000)*. Já o texto Carolina Martins Etcheverry, intitulado *O trabalho infantil através das lentes de Juca Martins: informação e arte na produção fotodocumental (1970 - 1980)*, procura construir uma análise do discurso imagética das fotografias de Martins sobre as crianças no mundo laboral em Alagoas, Pernambuco e Minas Gerais.

Neste Dossiê também foi contemplado o debate sobre a questão sensível acerca da história da justiça juvenil, em que Lisiane Ribas Cruz, no trabalho *“Por um longo passado de vícios e de crimes, que foi a vida inteira de seus antepassados”: a teoria da hereditariedade do crime e o julgamento de menores pela comarca de Santa Maria (1910-1927)*, discute as teorias sobre a relação entre criança e ato infracional difundidas no início do século XX. Para concluir o presente dossiê temático, apresentamos o artigo *Perspectivas y trayectorias teóricas de la Antropología de la Infancia Finales del siglo XIX y siglo XX*, da autoria de Diana Marcela Aristizábal García, que procura debater o campo de produção da antropologia da infância e sua relação com as outras áreas do conhecimento humano, trazendo a contribuição de diferentes teóricos que pensaram e repensaram os diferentes enfoques da criança na antropologia e nas sociedades.

Para fechar o dossiê, o artigo *Acogimento familiar: construcción histórica de su institucionalidade en la pampa argentina*, das autorias de Carolina Farias Carracedo, Andrea Piñeda, Hugo Klappenbach, aborda os caminhos e resultados da investigação sobre a trajetória histórica do Programa Família de Assistência Foster na Província La Pampa (Argentina), desde seus primórdios em 1967 até o tempo presente.

Nesta edição, a revista contempla, no que se refere aos artigos livres, uma pluralidade de temas vividos em diferentes tempos e espaços. Como o texto, *África Centro-ocidental e os interesses coloniais: conflitos e negociações pelo tráfico de escravizados, séculos XVI e XVII*, da autoria de Leandro Nascimento de Souza em que se discute a questão da educação para as relações étnico-raciais, com foco na História de Angola e sua relação com Brasil e o mundo Atlântico.

O autor Luan Glauco Freire Costa, no artigo *A peleja da Música Armorial: o maestro contra o escritor*, debate o Movimento Armorial no Recife vivenciado na década de 1970. O trabalho foi construído a partir da peleja

entre Ariano Suassuna e o Maestro Cussy de Almeida, cujo foco era a arte e a estética da música produzida por artistas do Nordeste brasileiro. Outro artigo importante se intitula *Trabalho e Religião: questões éticas que permeiam as atividades dos membros da Comunidade de Confissão Luterana Nova Esperança em Rio Grande-RS*, de Débora Laís Freitas, discute a relação migração e religião nas relações de trabalho no comércio de uma comunidade situada na cidade gaúcha de Rio Grande.

No campo da história política, o texto *State Terrorism: South America during the 1970s. A case of State Terrorism Transnationalization*, de Julio Lisandro CañonVoirin traz à baila o tema o terrorismo de Estado, no contexto da história política do Cone Sul, a partir da preocupação de debater questões teóricas e conceituais sobre o tema, tendo como foco a Operação Condor.

Destaca-se, como contribuição para a historiografia das religiões, os textos *Conflitos religiosos no antigo extremo norte goiano - atual norte tocaninense - na década de 1950: os missionários católicos orionitas versus protestantes batistas, assembleianos e "superstições"*, de Raylinn Barros da Silva, que traz à análise conflitos religiosos ocorridos no antigo extremo norte de Goiás, hoje Tocantins, discutindo os conflitos religiosos entre católicos e protestantes; e o artigo *"É por causa dessa necessidade de evangelismo e o mister de combinar a actividade educacional com a religiosa"*: as relações entre educação e missionarismo no discurso de expansão protestante batista (1930-1945), do historiador Paulo Julião da Silva, que nos ajuda a entender a relação entre a educação e a religião a partir do discurso dos protestantes batistas.

Já o texto *Do lápis à lente: o texto visual de César Pinto sobre a esquistossomose*, da autoria de Ana Cláudia de Araújo Santos e de Edvaldo Carvalho Alves foi produzido no campo das ciências da informação, como informe de pesquisa, e objetiva investigar e analisar o sistema de comunicação científica visual elaborado por César Pinto, tendo como fonte o álbum *Schistosomiasis mansoni*, para compreender as práticas informacionais elaboradas na década de 1940.

Ainda apresentamos a resenha apresentada por Francisca Maria Neta da obra *Igualdade e diferença: construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana*, de José D'Assunção Barros, na qual contempla a análise crítica das questões sensíveis e problemas sociais construídos historicamente no Ocidente.

Com a reflexão inicial e a apresentação dos textos que compõem a presente edição da revista *História Unicap*, desejamos que novos estudos relativos às *"Infâncias, adolescências e juventudes no mundo ibero-americano"* sejam incentivados e realizados; não podemos descuidar do passado, pois como disse um dos maiores historiadores *"[...] a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação"*.²

Rio Grande-RS/Recife-PE, verão de 2018.

²BLOCH, Marc Leopold Benjamin. A história, os homens e o tempo. In: _____. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Mortiz Schwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 63.